



SUBVERSÃO DO SEXO, IDEOLOGIA DE GÊNERO E CONSEQUÊNCIAS DO MOVIMENTO FEMINISTA: UMA ANÁLISE DE PAUTAS ANTIFEMINISTAS

SUBVERSION OF SEX, GENDER IDEOLOGY AND CONSEQUENCES OF THE FEMINIST MOVEMENT: AN ANALYSIS OF ANTI-FEMINIST AGENDAS

1

Milena Rodrigues Carneiro de Melo¹

DOI: <https://doi.org/10.22481/sertanias.v5i1.15275>

Resumo: O antifeminismo enquanto um backlash ao Movimento Feminista, busca criar narrativas que desqualificam as lutas do movimento. O objetivo desse artigo foi visualizar e analisar pautas da narrativa antifeminista, adentrando nesse campo complexo, de modo a trazer pontos da moralidade tradicional junto ao backlash que fortalecem o antifeminismo, e para além, demonstrar como a narrativa antifeminista presente no capítulo 4 do livro antifeminista “Feminismo: perversão e subversão” traz pautas importantes para compreender e combater essa narrativa. Para alcançar tal objetivo, utilizamos o procedimento metodológico de uma análise interpretativa, em que criamos índices de análise. Temos como algumas considerações como tais narrativas buscam acabar com o movimento feminista de modo a diminuir o social e fortalecer um processo de enfraquecimento democrático, além de disseminar um ódio ao Movimento Feminista com base em pautas antigênero.

Palavras chave: Antifeminismo, Backlash, Antigênero, Movimento Feminista.

Abstract: Antifeminism as a backlash to the Feminist Movement seeks to create narratives that disqualify the movement's struggles. The objective of this article was to visualize and analyze themes of the antifeminist narrative, entering this complex field, in order to bring points of traditional morality together with the backlash that strengthen antifeminism, and beyond, demonstrate how the antifeminist narrative present in chapter 4 of the antifeminist book “Feminism: perversion and subversion” brings important guidelines to understand and combat this narrative. To achieve this objective, we used the methodological procedure of an interpretative analysis, in which we created analysis indices. We have as some considerations how such narratives seek to end the feminist movement in order to diminish the social and strengthen a process of democratic weakening, in addition to disseminating hatred towards the Feminist Movement based on anti-gender agendas.

Keywords: Antifeminism, Backlash, Antigender, Feminist Movement.

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina – Paraná; mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília. E-mail: rodriguesmilena.mr@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9829-5467>.





Introdução

Discursos antifeministas, segundo a literatura (FLORES, 2004; CRUZ, DIAS, 2015), não são algo novo, mas um fenômeno que se manifesta em diferentes narrativas, a depender do momento histórico e das características socioculturais de cada sociedade. Nesse artigo vislumbramos o discurso antifeminista enquanto um backlash (reação) aos avanços da luta do movimento feminista. O trabalho de Fuladi (2001) traz uma análise da reação ao movimento feminista na década de 1980, era Reagan nos EUA. Ao analisar a reação da mídia estadunidense percebe que o backlash desenvolvido se construiu no contra-ataque antifeminista em convencer o público que a “libertação” da mulher era a “verdadeira praga contemporânea” (FULADI, 2001).

Essa reativa ao movimento feminista converge com as considerações de Biroli e Caminotti (2020) que demonstram como a partir da segunda década dos anos 2000, a América Latina passou a ter o gênero como um dos centros da disputa política, sendo o tema central por meio do qual a extrema direita mobiliza pautas conservadoras contrárias ao ativismo feminista e LGBTQIA+ (BIROLI; CAMINOTTI, 2020). Judith Butler em seu novo livro “Quem tem medo do gênero?” (2024) aponta como os opositores de gênero veem a categoria como um monólito que ameaça às crianças, à segurança nacional, o casamento heterossexual e a família normativa. Assim, gênero não seria uma teoria para os opositores do termo, mas sim uma ideologia nociva à sociedade, que deve ser combatida (BUTLER, 2024).

Tal combate ao gênero, ou como tratam, a “ideologia de gênero” pode ser vista de modo mais organizado a partir do mandato de Dilma Rousseff. Camila Rocha (2021) aponta como no contexto do governo Dilma tivemos um choque progressista em pautas, tais como a legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo, a garantia de cotas raciais nas universidades, além da permissão para interromper uma gravidez em casos de anencefalia fetal etc. Em reativa, em 2011, Rocha (2021) aponta a ofensiva que deu popularidade a Bolsonaro em torno do material contra homofobia que foi distribuído pelo Ministério da Educação nas escolas públicas do país. O material se chamava “Escola sem homofobia”, mas Bolsonaro apelidou de “Kit Gay” e passou a distribuir panfletos nas escolas cariocas alegando que o Ministério da Educação e grupos LGBTQIA+ “incitavam o homossexualismo” e que “tornam nossos filhos presas fáceis para pedófilos” (ROCHA, 2021).





Em um dos discursos de Bolsonaro, ele utilizou da técnica da “política de choque” que pode ser definida como: “[...] uma forma radical de chamar atenção para determinados temas e demandas e aumentar a circulação pública de discursos que se opõem a um horizonte cultural percebido como dominante” (ROCHA, 2021, p.104). Essa técnica foi utilizada na difusão do discurso contra a ideologia de gênero, que se configurou na reação às pautas de direitos reprodutivos e sexuais e em defesa de uma família tradicional e cristã. Assim, pessoas que são contra a legalização do aborto passaram a se manifestar mais ostensivamente o que acarretou um fortalecimento do campo conservador (ROCHA, 2021).

Atualmente, em conjunto com esses discursos antigênero, e sobretudo se utilizando deles, tem-se um antifeminismo brasileiro contemporâneo que começou a se constituir a partir de discursos nas redes sociais em 2014, resultando em um paulatino, mas consistente aumento da visibilização das preocupações conservadoras a respeito do avanço dos temas em torno da questão da diversidade, propostos pelo governo do PT e de outras frentes classificadas como *de esquerda* no país. Podemos dizer sem grandes ressalvas que esse avanço conservador atinge um novo patamar em 2018, quando ocorreu, entre outros episódios de relevo, a eleição de Jair Bolsonaro e o “I Congresso Antifeminista do Brasil”². Entre outras bandeiras, o evento procurou propagar a ideia de que o feminismo seria incompatível com a fé cristã e promoveria uma agenda comunista (AGUIAR; PEREIRA, 2019).

Para além, há figuras públicas que se colocam como antifeministas³, livros antifeministas⁴, cursos sobre antifeminismo⁵ que tem como narrativa as questões antigênero e um ódio ao movimento feminista, baseado na “ideologia de gênero” e revolução sexual, narrativas que se configuram em fontes de ataque grandemente utilizadas.

² O I Congresso Antifeminista aconteceu em 2018 e foi etnografado por Aquino (2020). Em 2024, Ana Campagnolo faz um novo “I Congresso Antifeminista”, em Santa Catarina, na Câmara Legislativa. Esse não possui gravações.

³ Destacamos aqui a Deputada Estadual de Santa Catarina Ana Campagnolo, Cris Corrêa, influencer conservadora, a Senadora do DF Damares Alves, a presidente do PL Mulher e ex-primeira dama Michelle Bolsonaro, entre outras.

⁴ Citamos os livros: “Feminismo: Perversão e subversão” (2019), “Guia de bolso contra mentiras feministas” (2021), “O mínimo sobre feminismo” (2022), “Mulheres que o feminismo não vê: classe e raça” (2024), entre outros.

⁵ Até o momento encontramos dois cursos, um exclusivamente antifeminista chamado “Curso Antifeminista”, disponível em: <https://www.cursology.com.br/curso/feminismo>. E um segundo que está dentro de uma plataforma chamada “Videoteca”, disponível em: <https://www.cursology.com.br/curso/videoteca>.





A partir de tais questões, o presente artigo se propõe a analisar o capítulo 4 do livro antifeminista “Feminismo: perversão e subversão” de Caroline Campagnolo (2019). O capítulo “Subversão das Identidades” ataca o movimento feminista afirmando que o movimento não busca a emancipação de todas as mulheres, mas apenas de seu pequeno grupo, além de buscar a revolução sexual⁶ pela narrativa da ideologia de gênero. Como explicita a citação de Campagnolo (2019): “[...] o movimento feminista não representa nem se interessa pela condição das mulheres, apenas se vale dessa propaganda para alcançar sua real intenção: instaurar a revolução sexual que subverta os sexos e o sexo” (p. 231).

4

O objetivo desse artigo foi visualizar e analisar algumas pautas da narrativa antifeminista em backlash ao movimento feminista. Neste artigo, assim, buscamos adentrar nesse campo extremamente complexo trazendo pontos da moralidade tradicional junto ao backlash no intuito de criar aporte ao antifeminismo, e para além, como a narrativa antifeminista presentes no quarto capítulo do livro antifeminista traz pautas importantes para compreender e combater essa narrativa.

A Moralidade tradicional junto ao backlash de gênero: o antifeminismo brasileiro

O processo de desdemocratização foi analisado por Wendy Brown em seu livro “Nas ruínas do Neoliberalismo: a Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente” (2019) em que a autora descreve a crise neoliberal como a valorização da moralidade tradicional e dos mercados como substitutos do social. O que decorre do dismantelamento do social é uma reconfiguração do papel do Estado, esse que teria menos responsabilidades. O social, assim, deixaria de existir, esse que pode ser definido como o lugar de luta contra dominações e de evocação de demandas sociais (BROWN, 2019).

Nisso, o papel da família no contexto de revolução neoliberal americana passa a ser de relevo. Como aponta Cooper (2016), as normas familiares patriarcais não são um aspecto secundário, mas estão profundamente enraizadas na reforma neoliberal do bem-estar social e

⁶ A Revolução Sexual é definida por essa narrativa antifeminista como o fim último do Movimento Feminista, tal revolução se espelharia no momento de maior liberdade sexual nos 60's, assim, as pautas dos feminismos seriam a libertinagem sexual, o aborto, o fim da família e a ideologia de gênero sendo transmitidas as crianças e jovens (CAMPAGNOLO, 2019).





da educação (*apud* BROWN, 2019). Essa moralidade tradicional junto ao neoliberalismo se complementa na teoria neoliberal de Hayek, em que o mercado e a moral juntos são o fundamento da liberdade, da ordem e do desenvolvimento da civilização. Liberdade essa que dá espaço para a veiculação de todo tipo de dominação, inclusive as de violências patriarcais (BROWN, 2019).

Na construção argumentativa sobre o desmantelamento do social pelo neoliberalismo, se perde o local de luta das desigualdades sociais, como as de gênero e raça, e essas se transformam em questões individuais. Assim, o ataque neoliberal ao social gera uma cultura antidemocrática desde baixo, ao mesmo tempo que constrói e legitima formas antidemocráticas de poder estatal desde cima, sendo esse o raciocínio neoliberal que emoldura o ataque pela direita contemporânea (BROWN, 2019).

Biroli (2020) analisa como a erosão das democracias, que é definida como um processo de desdemocratização, se conecta às reações conservadoras à igualdade de gênero e à diversidade sexual. Isso porque a reação contra o gênero está entre uma das características do processo de erosão das democracias, pois vem a comprometer valores e requisitos institucionais fundamentais como pluralidade, laicidade, proteção a minorias, entre outras. Ao mesmo tempo que a defesa da família justifica ataques a direitos, naturalizando desigualdades e desarticulando legislações e políticas que visam garantir a integridade física de mulheres e pessoas LGBTQIA+ (BIROLI, 2020).

Tais aspectos trazem enormes contribuições na compreensão do antifeminismo brasileiro contemporâneo. Galetti e Carniel (2021) contribuem ao apontar como ocorreu uma valorização pública de narrativas antifeministas, e com isso os papéis atribuídos a mulheres passaram a estar carregado de assimetrias de gênero. Tais assimetrias que estão ressurgindo, principalmente após as eleições de 2018, com uma ideologia familista que pauta uma moralidade conservadora que veio em reação a uma suposta desestabilização nos papéis de gênero, segundo a narrativa conservadora foi estimulada por governos ou movimentos de esquerda (GALLETI; CARNIEL, 2021). Assim, os autores argumentam que o:

[...] antifeminismo que está amparado no neoliberalismo e no neoconservadorismo e que tem como um de seus fios condutores o encerramento do diálogo com os movimentos sociais. No caso em questão, o movimento feminista, por acreditarem que a agenda feminista é nociva a concepção de família defendida por esses movimentos antifeministas e pela quebra do ideário de feminilidade criado pelo patriarcado. Atrizes e atores que se pautam pela ideologia familista em sua maioria estão atrelados ao ideário



antifeminista, onde a recusa das agendas igualitárias e a demonização dos feminismos são algumas das tônicas que se alinham à essa perspectiva (GALLETI; CARNIEL, 2021, p. 07-08).

Assim, como fala Brown (2019) e que Biroli (2020) concorda em seu argumento, que quando a esfera pessoal protegida se expande em detrimento da política como lugar de promoção de agendas que buscam a justiça social, o processo desencadeia o fim do social e uso das liberdades de modo indiscriminados. Assim, o que Biroli (2020) argumenta ser a construção dos feminismos como ameaça à sociedade, indica que é uma reação não apenas aos avanços já codificados da política institucional como as leis, mas também é sobre os atores políticos dos feminismos e dos movimentos LGBTQIA+. O que decorre desse processo conservador é que as disputas de moralidades estabelecem que se deve “[...] caracterizar o feminismo como inimigo político, mais do que como adversário com quem se disputa” (BIROLI, 2020, p. 174), ponto esse que ressalta que além de iliberal é antidemocrática tal caracterização dos feminismos como inimigo da sociedade (BIROLI, 2020). Aspectos esses largamente desenvolvidos na criação narrativa sobre a subversão das identidades desenvolvida pelo antifeminismo de Ana Campagnolo.

O livro Antifeminista e o Procedimento de Análise

O livro “Feminismo: perversão e subversão” (2019) foi escrito por Ana Caroline Campagnolo, e lançado no dia 08 de março de 2019, no Dia da Mulher. O livro contém 5 capítulos (Capítulo 1: Contestação moral-religiosa e educação; Capítulo 2: Inserção da mulher no universo masculino; Capítulo 3: Reprodução feminina do vício masculino; Capítulo 4: Subversão das identidades; e Capítulo 5: O ódio ao cristianismo e a reação contra o totalitarismo feminista).

O livro é construído com uma argumentação de que o Movimento Feminista busca uma Revolução Sexual e se utiliza da ideologia de gênero para conseguir alcançar esse objetivo. Na introdução do livro, Campagnolo argumenta como o feminismo se utiliza da terminologia de ondas, e aponta que essa terminologia já mostra como o movimento tem idas e vindas, sendo essa uma das formas de desqualificar o movimento. Com isso, ao tratar do feminismo, escolhe elencar cinco fases que são demarcadas por ela própria de modo arbitrário. As cinco fases são



chamadas de: contestação, inserção, reprodução, subversão e aniquilação (CAMPAGNOLO, 2019).

O presente artigo se propõe a lidar com a fase 4, chamada de subversão, que está presente no capítulo “Subversão das Identidades”. Nessa fase, Campagnolo elenca como vilões do projeto subversivo para os sexos, nomes como: Alfred Charles Kinsey (1894-1956) e John William Money (1921-2006) e a maior inimiga de Caroline Campagnolo: Judith Butler (1956 -). Butler é considerada pela antifeminista como a “ama de leite da ideologia de gênero” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 30). Além desses autores, Monique Witting também é uma inimiga, já que propõe, na fala da antifeminista, que as mulheres devem seguir um padrão lésbico de comportamento que complementaria a escala gay de Alfred Kinsey (CAMPAGNOLO, 2019).

O livro *Feminismo: perversão e subversão* é um exemplar de livros antifeministas que estão sendo lançados no Brasil, e que vão em busca de uma narrativa de backlash ao movimento feminista e teóricas do movimento. Assim, para o objetivo do trabalho, buscaremos analisar as pautas antifeministas com o intuito de visualizar as principais narrativas para desqualificar o movimento feminista. Para tal, utilizamos de uma análise interpretativa do capítulo. Assim, de modo mais procedimental, foram elencados 3 temas com base em uma leitura prévia do capítulo e se utilizou nesses índices nomenclaturas nativas do antifeminismo. Os temas que desqualificam o movimento feminista são: (1) Subversão do Sexo; (2) Ideologia de gênero e; (3) Consequências do Movimento feminista.

Cabe a descrição de que subversão das identidades é quando Campagnolo (2019) trata de questões sexo e gênero de modo a dizer que o movimento feminista quer acabar com as diferenças biológicas já estabelecidas. A ideologia de gênero é quando constrói esse espantalho teórico de questões anti-gênero que buscam subverter as crianças e acabar com a família; e as consequências feministas vem com as colocações morais, religiosas sobre como o movimento é perigoso aos indivíduos e principalmente a constituição das famílias. Com essa classificação, passagens pré-selecionadas foram elencadas e analisadas com base na teoria.

Subversão do sexo, Ideologia de Gênero e Consequências do Mov. Feminista – Uma análise de pautas antifeministas



A discussão sobre a dicotomia sexo e gênero está presente nas teorias feministas desde muito cedo, assim, a consolidação de gênero também é algo em disputa dentro do campo. Scott (1995) coloca gênero como uma categoria de análise social, enquanto Haraway (2004) diz que gênero é um conceito que dá aporte para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta, principalmente, a política. Assim, mesmo com as diferenças que há dentro das teorias feministas sobre o que é gênero⁷, o resultante dessa discussão sempre foi apontar sua importância; tanto para as análises, quanto para ser um instrumento de luta contra as dominações que todas mulheres perpassam de modos específicos⁸.

Entretanto, para a antifeminista Campagnolo, toda essa teorização e luta se torna em vão, pois, a discussão dos papéis sociais que o gênero traz e a como o sexo biológico não é absoluto, resulta para a autora antifeminista, no nosso primeiro índice de análise, a subversão do sexo, que se resume a como:

[...] a proposta é a que a participação na revolução sexual feminista se inicie com a negação da nossa identidade sexual (sexo) e passando a adotar posturas e comportamentos (gênero) que não se definem nem para a masculinidade nem para a feminilidade que nos tornemos todos nós uma réplica da própria Butler: alguém para quem se olha sem conseguir enxergar uma mulher, tampouco um homem completo. É a apresentação de uma lógica completamente invertida: aquilo que exige de nós engajamento, militância, esforço consciente e desempenho performático é dito “natural”; e tudo aquilo que é realmente natural e que fazemos por tradição recebe o rótulo de opressão socialmente construída (CAMPAGNOLO, 2019, p. 234).

A teórica atacada é Judith Butler, autora essa que escreveu o livro célebre “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” (2003). Em que ela constrói argumentos sobre a discussão de gênero e identidade que são distorcidos pela literatura antifeminista de Campagnolo (2019). Butler (2003) em seu livro irá buscar problematizar a identidade da categoria “mulher” e seu argumento é de que não há uma identidade pré-definida como trouxe

⁷ Vale nota a como as teorias feminista sempre reviram e disputaram seus principais conceitos, assim, como reconheceram como o feminismo branco teve maior destaque durante a 1ª onda feminista, entretanto, os feminismos negros, decolonial e para as 99% (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019) hoje trazem as especificidades das mulheres como um tema central na luta contra as dominações.

⁸ As especificidades das dominações e como elas operam juntas e conjuntamente foram e ainda são largamente discutidas pelos Feminismos Interseccionais. Crenshaw (2002) foi a primeira a utilizar o termo ao tratar da violência contra mulheres negras, isso na década de 1990, e tal questão é tão latente que nos últimos anos Patrícia Hill Collins (2022) lançou seu livro sobre a importância de uma teoria social do termo interseccionalidade. E vale ressaltar como a literatura feminista brasileira também acompanha essa necessidade a muitos anos, levanto nota para os trabalhos de Lélia Gonzales (2020), Beatriz Nascimento (2019), Sueli Carneiro (2014), Luiza Bairros (2020); entre muitos outros trabalhos de destaque que são ignorados pelas antifeministas.



a cultura ocidental. Assim, o gênero, o sexo, a sexualidade são convenções sociais. Essas construções se configuram a partir da performatividade. Em resumo, aponta como a identidade mulher para o movimento feminista aprisiona os indivíduos nessa categoria ontológica engessando-a (BUTLER, 2003). Diferentemente do que foi definido e desqualificado pela antifeminista Campagnolo (2019):

Sempre soubemos que o sexo determina o comportamento de cada pessoa, e mais: há milênios, o sexo define funções sociais e profissionais. Mesmo aqueles que lutam contra sua condição sexual – porque realmente houve luta – sabem que essa condição é primariamente física e, para não deixar de dizer o óbvio, sabem que essa condição existe. O que Butler argumenta não passa de uma inversão que, por simples critério de preferência pessoal, considera mais justa. As feministas nos querem convencer de que o elemento “gênero” é absolutamente determinante, deixando para trás todo “lixo” biológico. Tentar convencer a humanidade de tal inversão é muito mais arbitrário do que qualquer estipulação pré-definida de comportamentos sexuais (CAMPAGNOLO, 2019, p. 238).

9

A partir da presente citação de Campagnolo (2019), percebemos como, primeiramente, a autora não leu e/ou compreendeu a teoria de Butler, mas apenas reafirmou preceitos essencialistas. Sua construção ronda uma retórica de ódio a Judith Butler e ao movimento feminista. O aspecto do ódio ao Movimento feminista também pode ser visualizado quando a autora trata do que chama de “ideologia de gênero”. Nisso, Butler (2024) aponta que essa construção antigênero, construirá que o gênero é a única “ideologia” que refuta a diferença sexual e que busca apropriar-se do poder divino da criação em favor de pessoas que desejam criar seus próprios gêneros, assim, a identidade trans é considerada uma escolha, e não uma verdade individual, uma realidade social digna de reconhecimento. Tal ponto corresponde com a passagem de Campagnolo (2019):

Segundo as feministas, nós, mulheres, somos coagidas culturalmente a sermos mulheres. Para os ideólogos de gênero, ser homem e ser mulher são meros produtos convencionais, inventados historicamente. Não se trata mais de uma diferença fixada pelo sexo biológico. Você não será homem se assim tiver nascido, mas será se tiver escolhido agir como um. Eu não sou mulher por que nasci assim, mas porque assim me tornei. O ser humano nasce “neutro” e o gênero constrói tudo (CAMPAGNOLO, 2019, p. 236).

Butler (2024) aponta como o cenário antigênero é fantasmático⁹ no sentido de formar e organizar um mundo forjado no medo da destruição em que o gênero passaria a ser o

⁹ O conceito de fantasia de Butler corresponde a uma adaptação da construção psicanalítica de Jean Laplanche de “cenário fatasmático”. Para o psicanalista a fantasia não é apenas um produto da imaginação, mas é um arranjo



responsável de todos os males. Assim, o sentimento antigênero mobilizado pela direita vem de modo conjunto ao sonho de um passado glorioso, no caso em que as famílias eram tradicionais e patriarcais de modo idealizado, por exemplo. Esse passado pertence a uma fantasia cuja sintaxe é de reordenar elementos da realidade a serviço de uma força motriz que torna opaca sua própria operação, deste modo, esse sonho se volta a uma realidade – que em suma não existiu – e faz parte do sonho uma funcionalidade a organizar de modo fantasmático da realidade (BUTLER, 2024). O resultado dessa lógica é:

[...] o movimento antigênero é guiado por uma sintaxe inflamada: ou seja, uma forma de ordenar o mundo que absorve e reproduz ansiedades e medos sobre permeabilidade, precariedade, deslocamento e substituição; perda do poder patriarcal tanto na família quanto no Estado; e perda da supremacia branca e da pureza nacional. No processo de reproduzir o medo da destruição, a fonte da destruição é exteriorizada como “gênero” (BUTLER, 2024, p. 18).

Luis Felipe Miguel (2021) aponta que a “ideologia de gênero” trabalha como um espantalho, que passou a ser o ponto nodal do “marxismo cultural” em que os movimentos feminista, negro e LGBTQIA+ seriam parte de uma estratégia de subversão da ordem vigente, que teria como fim último o comunismo mundial. Essa nova direita passou então a empregar tais pânicos morais de modo a ganhar força (MIGUEL, 2021). Assim como fez Campagnolo (2019) durante o capítulo do livro em análise.

Para além da afirmação de que gênero é ideológico, há um conjunto de crenças sobre ataques que supostamente o feminismo tem feito à família, o que vem a justificar a reativa da direita aos direitos reprodutivos, ao casamento homoafetivo, aos direitos trans e a políticas e leis que combatem a violência de gênero (BUTLER, 2024). O que se entrelaça na terceira categoria de análise, as consequências do Mov. Feminista que para o trabalho antifeminista, aponta ser:

Por trás do discurso feminista de igualdade de gênero e por trás de toda a produção supostamente científica dos intelectuais ativistas, o que encontramos é isto: linguagem como ferramenta subversiva, incentivo ao padrão gay e lésbico, pornografia, filmes eróticos de adultério, experiências com molestamento de crianças, produção audiovisual de pedofilia, acobertamento de criminosos, incentivo ao incesto e toda sorte de perversão sexual. Esta é a realidade e a base do movimento feminista, do qual sempre ouvimos falar em tons amenos e com cartazes de conscientização limpos, coloridos e

sintático de elementos da vida psíquica. Para tanto, fantasia é uma organização de desejo e ansiedade que irá seguir regras estruturais e organizacionais, se valendo de materiais tanto conscientes quanto inconscientes (BUTLER, 2024).



chamativos. O feminismo é, ao mesmo tempo, uma experiência, um método e um fim, todos perversos. Seus caminhos de legitimação vêm destruindo crianças, casais e famílias inteiras desde o início do século XX (CAMPAGNOLO, 2019, p. 268-9).

Ao analisar tal passagem, percebe-se como as demandas que vão contra as hierarquias e desigualdades, por exemplo das feministas e dos movimentos LGBTQIA+, passam a ser declaradas como ideologias, assim, agendas igualitárias e de justiça social seriam mobilizadas por minorias contra o interesse do “povo” e contra sua liberdade (BIROLI, 2020). Além disso, Biroli (2020) traz outro ponto que é como os direitos e valores democráticos, tal qual a dimensão social, se tornam enfraquecidas, ou inexistentes, em nome da família tradicional, patriarcal, heterossexual e conservadora. Com isso:

[...] as famílias devem ser autônomas no modo de criar seus filhos, para além de diretrizes políticas e princípios de justiça social e devem ser funcionais, capazes de autonomia também em termos econômicos, de suporte aos “seus”. Com isso, neoliberalismo e neoconservadorismo (ou, na perspectiva de Brown, a moralidade do neoliberal) promovem a responsabilidade das famílias nucleares em detrimento de pactos coletivos e de dinâmicas distributivas (BIROLI, 2020, p. 186-7).

Assim, a construção da narrativa que desqualifica o movimento feminista busca acabar com esses movimentos sociais de forma que as demandas passem a ser de responsabilidade do núcleo familiar. Em que o espaço de luta social, o social na leitura de Brown (2019), realmente passe a não existir. De modo que legitimar a narrativa antifeminista contribui para que as desigualdades que o movimento feminista debate e luta contra, passem a ser naturalizador. E para além, essa narrativa pode abrir caminho para legitimação de violências contra os atores políticos dos feminismos e dos movimentos LGBTQIA +, amparada na ideia de liberdade, como discutiu Brown (2019).

Considerações Finais

O backlash contra o movimento feminista ocorre de muitas maneiras, a depender do momento histórico e questões socioculturais como tratou a literatura. Assim, a reação ao gênero quando a direita passa a disputar o conceito, é iminente. Questões políticas como as pautas progressistas no governo Dilma, junto a popularidade de Bolsonaro e seus discursos antigênero,



também inflamam tal reação. O que contribuiu para a consolidação de um antifeminismo contemporâneo fortalecido.

Assim, ao analisar o capítulo do livro de Ana Caroline Campagnolo (2019), percebemos o ressentimento ao Movimento Feminista e como o objetivo último da reativa ao movimento é sua extinção. Tal objetivo se encaixa com a construção de Brown (2019) sobre a lógica moral do neoliberalismo, que se traduz a quando as questões sociais se tornam individuais, e assim, não se faz necessário um movimento social, como é o Movimento Feminista, portanto, desqualificá-lo é importante para que o coletivo se perca e o social se extinga.

Biroli (2020) também nos ajuda a compreender como essas desqualificações tem por trás a construção de uma narrativa de que a agenda de gênero é de minorias feministas e LGBTQIA+ que se aliam a elites internacionais, e que rejeitam as pessoas comuns, as que na narrativa antifeminista constituem o conceito de família. Além de como essa campanha antigênero traz uma erosão dos valores democráticos, naturalizando as desigualdades, e para além, legitimando alternativas autoritárias contra as inseguranças (BIROLI, 2020).

As análises das pautas que desqualificam o Movimento Feminista trazem aspectos importantes a como há pautas conservadores na narrativa, cito a questão de direitos sexuais e da proteção da família, mas o argumento principal é a construção de uma narrativa em que o Movimento Feminista é um mal social que deve ser extinto. Pois o movimento teria como objetivo acabar com a família e com os valores conservadores, desconsiderando primeiramente o objetivo do Movimento que é o de acabar com as dominações que todas as mulheres perpassam, a seus modos específicos. E vale a ressalva que essa narrativa ignora uma gama do Movimento Feminista, como os feminismos cristãos. Nisso vale dizer que o feminismo brasileiro na Ditadura se consolidou nas CEBS - Comunidades Eclesiais de Base (MARIANO, 2018).

Butler (2024) nos dá como saída a oposição ao movimento antigênero, a construção de coalizões transnacionais que reúnem e mobilizam todas as pessoas que esse movimento definiu como alvo. Em suas palavras:

As lutas mutuamente mortíferas no interior do campo devem se tornar diálogos e confrontos dinâmicos e produtivos, por mais difíceis que sejam, dentro de um movimento expansivo dedicado à igualdade e à justiça, à preservação e afirmação de liberdades e poderes sem os quais a vida é invivível e a política, injusta (BUTLER, 2024, p. 32).



Por fim, a luta contra a desqualificação antifeminista não é simples ou fácil, mas deve ser encarada como emergente por todos os atores sociais, isso pelas consequências que tais pautas provocam socialmente.

Referências

AGUIAR, Bruna S. de; PEREIRA, Matheus Ribeiro. Antifeminismo como backlash nos discursos do governo Bolsonaro. Agenda Política. **Revista de Discentes de Ciência Política** da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, v.7, n. 3, p. 8-35, 2019.

AQUINO, Alexandra Ferreira. **Antifeminismo Brasileiro: I Congresso Antifeminista do Brasil**. Orientador Prof. Dr. Luiz Fernando Rojo, 2020. 76f. TCC (graduação) – Curso de Bacharel em Antropologia. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2020.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Trad. Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). Pensamentos Feministas Hoje: Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 207-214.

BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. *In: Gênero, Neoconservadorismo e Democracia*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BIROLI, Flávia; CAMINOTTI, Mariana. The conservative Backlash against gender in Latin America. **Politics & Gender**, Online Critical perspectives on gender and politics, 16, p.1–6, 2020.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a Ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. Trad. Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do Gênero?** Trad. Heci Regina Candini, 1ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. **Feminismo: Perversão e subversão**. Campinas, São Paulo: VIDE Editorial, CETED, 2019.



CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Latitudes latinas, música e cultura latino-americana**, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. Trad. Bruna Barros, Jess Oliveira. - 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro da especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. **Estudos Feministas**, n. 10, p. 171-188, 2002.

CRUZ, Maria Helena Santana; DIAS, Alfrancio Ferreira. Antifeminismo. **Revista de estudos de cultura**, n. 01, Jan.Abr./2015.

FALUDI, Susan. **Backlash**: o contra-ataque na guerra não declarada as mulheres. Trad. Mario Fondelli. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. O pensamento antifeminista: a querela dos sexos. **História Revista**, v. 9, n. 2, p. 227-252, jul/dez. 2004.

GALLETI, Camila; CARNIEL, Fagner. Antifeminismo e feminismo liberal na política brasileira: uma análise da atuação pública de parlamentares do PSD na 56ª Legislatura Federal. **20o Congresso Brasileiro de Sociologia**, GT 08 - Gênero, Feminismo e Capitalismo, Belém - PA, 2021.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Revista Cadernos Pagu**, v. 22, p. 201-246, 2004.

MARIANO, Lília Dias. Feminismo Protestante. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 400-428.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p.265-270.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises**: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre. vol. 20, nº 2, p. 71-99, jul/dez, 1995.



Recebido: 20 de agosto de 2024

Aprovado: 29 de agosto de 2024



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

